

Educação profissional e formação de professores: o caso das Escolas Profissionalizantes do Ceará

Karoline Matos Monteiro

Universidade Estadual do Ceará - UECE

José Raulino Chaves Pessoa Junior

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Resumo

Este artigo apresenta parte da discussão teórica integrante de uma pesquisa de mestrado defendida na área de planejamento e políticas públicas que teve como objetivo investigar a formação de professores para educação profissional e técnica (EPT) no âmbito da rede estadual de educação do estado do Ceará. Tendo como base o ciclo de políticas públicas (SECCHIO, 2013) e os saberes docentes (TARDIF, 2012), a pesquisa que serve como base para este trabalho possibilitou o estudo das políticas educacionais de formação de professores para EPT e dos programas implementados pela secretaria de educação do Ceará que beneficiaram a formação dos professores da área técnica das escolas estaduais de educação profissional (EEEPs). Através da coleta de dados sobre a rede de EPT do Ceará, foi possível construirmos um panorama atualizado desta política e seus desdobramentos em programas de formação pedagógica para o docente da base técnica com objetivo de compreender suas principais características e resultados.

Palavra-chave políticas públicas; formação de professores; educação profissional; base técnica.

Abstract

This article presents part of the theoretical discussion that is part of a master's research defended in the area of planning and public policies that aimed to investigate the training of teachers for professional and technical education (EPT) within the state education network of the state of Ceará. Based on the public policy cycle (SECCHIO, 2013) and teaching knowledge (TARDIF, 2012), the research that serves as the basis for this work made it possible to study the educational policies of teacher education for EFA and the programs implemented by the secretariat education institutions that benefited the training of teachers in the technical area of state schools of professional education (EEEPs). Through the collection of data about the EPT network in Ceará, it was possible to build an updated overview of this policy and its consequences in pedagogical training programs for the technical base teacher in order to understand its main characteristics and results.

Key-word public policy; teacher training; professional education; technical basis.

Introdução

Este artigo é resultado de uma pesquisa de mestrado que discute a política de educação profissional do estado do Ceará com ênfase na formação de professores para esta modalidade de ensino. Trata-se de um recorte teórico que aborda o retrato da rede e do corpo docente técnico das ETECs, resgatando também os programas de formação docente para EPT implementados pela SEDUC-CE. Procuramos construir um retrato atualizado da rede de educação profissional do estado do Ceará e da organização da base técnica das escolas. Por último, apresentaremos a análise feita dos programas de formação docente que foram disponibilizados para os docentes da base técnica das ETECs.

1 Metodologia

Inicialmente, fizemos uma revisão de literatura sobre políticas públicas e políticas públicas educacionais, utilizando-nos da teoria do ciclo de políticas públicas como modelo analítico. Abordamos, por meio de documentos da legislação, as políticas de formação pedagógica para o professor técnico da educação profissionalizante, procurando indícios destas na história da EPT no Brasil, a partir do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909.

Além disso, foi feita uma descrição e análise dos procedimentos de seleção dos professores, contratação e lotação dos docentes técnicos nas ETECs, observando também o contrato de gestão vigente entre a Seduc e o Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), responsável pela contratação de professores para os cursos técnicos das ETECs.

Para enriquecer nossa base de dados, utilizou-se a abordagem qualitativa através de entrevistas semi-estruturadas com o coordenador da coordenadoria de educação profissional, Rodolfo Sena, e com professores e gestores da ETEC Professor Onélio Porto, localizada no bairro Prefeito José Walter em Fortaleza, capital do estado.¹

2 A educação profissional do estado do Ceará: um retrato da rede

O avanço da educação profissional no Brasil se deu dentro de um contexto de demanda por mão de obra qualificada e valorização da educação como propulsora da economia. Inicialmente, através do Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, foi reintroduzido na legislação brasileira a possibilidade de integração entre currículo de formação geral e currículo de formação técnica. Posteriormente, o Governo Federal criou o programa Brasil Profissionalizado por meio do Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007.

O estado do Ceará, neste período, consolidava-se como um expoente industrial, aumentando seu poder de investimento a partir da consolidação de seu mercado regional. Porém, até 2008, o Ceará contava com uma oferta inexpressiva de educação profissional integrada, com dados que apontam que apenas 3,5% do seu alunado, entre jovens e adultos, estavam matriculados em alguma instituição profissionalizante, como apontam os dados da

¹ Este artigo é um recorte teórico de uma pesquisa de mestrado, logo não abordaremos neste recorte os resultados qualitativos provenientes da análise das entrevistas.

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (Secitece) (2005)². Dentre as instituições que ofertavam esta modalidade de ensino, a rede de instituições ligadas ao CENTEC eram as principais ofertantes de EPT na esfera administrativa estadual. A maior parte da oferta era constituída de instituições privadas, como, por exemplo, faculdades particulares e instituições comunitárias.

Com a oportunidade de injetar recursos no ensino técnico de nível médio, o então governador Cid Ferreira Gomes (2007-2014) aderiu ao programa Brasil Profissionalizado e passou a investir de forma significativa na criação de uma rede de escolas profissionalizantes de currículo integrado, as EEEPs.

A política de educação profissional no Ceará nasce em um momento de grandes expectativas por uma visão renovada de educação profissional possibilitada pelo contexto sócio-político do país, pois o MEC buscava pensar a educação profissional para além da formação de mão de obra. O ensino médio integrado (EMI) desponta como possibilidade real de melhorar a qualidade da educação brasileira, a nível federal, com a expansão dos IFs, e a nível estadual, com a possibilidade de adesão ao Programa Brasil Profissionalizado.

No documento referencial para EPT elaborado pelo MEC em 2007, estas diretrizes foram expostas para que os estados formassem suas próprias propostas. Segundo este documento, o EMI *“expressa uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos”* (BRASIL, 2007, p.40).

É dentro deste contexto que esta modalidade de ensino passou a ser o projeto educacional mais importante do governo do estado naquele momento, recebendo um grande volume de investimentos, tanto do governo federal quanto do governo estadual. Estes investimentos possibilitaram que a rede de EEEPs se expandisse de forma consistente ao longo dos anos. A Lei Estadual nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008, criou as 25 primeiras EEEPs em 20 municípios cearenses. Estas escolas iriam ofertar cursos de informática, enfermagem, guia de turismo e segurança do trabalho. O número de escolas, a quantidade de cursos técnicos ofertados e a matrícula aumentaram gradativamente, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 1 - Evolução da quantidade de EEEPs em funcionamento no Ceará

| Ano | Escolas em funcionamento | Municípios | Cursos | Matrícula inicial |
|------|--------------------------|------------|--------|-------------------|
| 2008 | 25 | 20 | 4 | 4.181 |
| 2009 | 51 | 39 | 13 | 11.349 |
| 2010 | 59 | 42 | 18 | 17.491 |
| 2011 | 77 | 57 | 43 | 23.916 |
| 2012 | 92 | 71 | 51 | 29.885 |
| 2013 | 97 | 74 | 51 | 35.981 |

² Dados disponíveis no site <http://educacaoprofissional.sct.ce.gov.br>.

| | | | | |
|------|-----|----|----|--------|
| 2014 | 106 | 82 | 53 | 40.897 |
| 2015 | 111 | 88 | 52 | 44.897 |
| 2016 | 115 | 90 | 53 | 48.089 |
| 2017 | 116 | 93 | 53 | 49.894 |
| 2018 | 119 | 95 | 52 | 52.571 |

Fonte: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br>.

Acrescenta-se que, em 2019, o número de EEEPs chegou a 121 escolas em funcionamento espalhadas dentro de todo estado, tendo uma concentração maior na capital, Fortaleza. Atualmente, a rede de EPT do Ceará é responsável por cerca de 12% da matrícula de alunos no ensino médio.

A estrutura das EEEPs foi custeada por verbas do Programa Brasil profissionalizado e do próprio governo do estado do Ceará. Os investimentos feitos através da parceria MEC/SEDUC eram aplicados em obras, equipamentos e materiais permanentes, veículos, contratação de professores da área técnica, bolsa estágio, além do custeio para o funcionamento das escolas, como materiais de consumo, fardamento e alimentação.

Tabela 2 - Recursos investidos na rede de EEEPs entre os anos de 2008 a 2014³

| ANO | FEDERAL | ESTADUAL | TOTAL(R\$) |
|--------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| 2008 | 0,00 | 2.734.025,15 | 2.734.025,15 |
| 2009 | 22.674.215,07 | 30.068.709,51 | 52.742.924,58 |
| 2010 | 64.507.454,63 | 159.923.487,47 | 224.430.942,10 |
| 2011 | 14.920.840,77 | 146.884.529,28 | 161.805.370,05 |
| 2012 | 87.538.689,16 | 135.748.389,70 | 223.287.078,86 |
| 2013 | 387.635.876,28 | 115.319.137,72 | 153.955.014,00 |
| 2014 | 68.096.884,07 | 149.044.771,41 | 217.141.655,48 |
| TOTAL | 296.373.959,98 | 739.723.050,24 | 1.036.097.010,22 |

Fonte: Seduc. Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br>

No site pesquisado, os dados só foram atualizados até o ano de 2014. Em busca de mais informações sobre quanto o governo do estado aplica na sua política de educação profissional atualmente, busquei no site da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) os orçamentos previstos em lei para o ensino integrada à educação profissional dos anos de 2015 a 2019. Segue planilha com resultados encontrados:

³ Estes valores não incluem o custeio.

Tabela 3 - Aporte ao ensino integrado à educação profissional (2015-2019)

| Ano | Valor previsto na Lei Orçamentária do Estado |
|-------------|-----------------------------------------------------|
| 2015 | R\$ 289.329.115,00 |
| 2016 | R\$ 330.991.542,00 |
| 2017 | R\$ 506.065.520,00 |
| 2018 | R\$ 539.621.691,00 |
| 2019 | R\$ 488.968.551,70 |

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da SEPLAG

Os dados mostram que o investimento por parte do governo do estado do Ceará no ensino integrado à educação profissional durante os anos de 2015 a 2019 ainda são significantes dentro do orçamento geral do estado. Em 2019, o valor aportado foi o 8º maior entre os orçamentos dos programas vigentes. Isto significa um esforço de manter e consolidar a rede de educação profissional integrada.

Busquei também os valores aportados para o pagamento do contrato de gestão SEDUC-CENTEC. Usei como fonte os relatórios de acompanhamento dos contratos de gestão do governo do estado do Ceará disponíveis do site da SEPLAG. Como vemos abaixo:

Tabela 4 - Valores do contrato de gestão SEDUC – CENTEC para o ensino integrado

| Ano | Valor contratado | Ano | Valor contratado |
|-------------|-------------------------|-------------|-------------------------|
| 2008 | 0,00 | 2014 | R\$ 80.000.000,00 |
| 2009 | R\$ 4.141.243,71 | 2015 | R\$ 80.000.000,00 |
| 2010 | R\$ 19.769.387,02 | 2016 | R\$ 86.813.860,46 |
| 2011 | R\$ 24.564.978,46 | 2017 | R\$ 92.515.488,48 |
| 2012 | R\$ 48.190.504,72 | 2018 | R\$ 92.515.488,48 |
| 2013 | R\$ 58.210.218,96 | 2019 | R\$ 82.681.651,43 |

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da SEPLAG

A contratação destes profissionais acontece por meio de um contrato de gestão⁴ entre SEDUC e o CENTEC, esta última sendo responsável pela seleção, contratação e pagamento dos professores. A expansão da rede e, conseqüentemente, dos cursos técnicos oferecidos implicam um investimento alto na contratação de professores da área técnica,

⁴ “O Contrato de Gestão é um espécie de ajuste criado pela Lei Federal 9.637, de 15/05/98, que reúne características dos contratos e convênios tradicionais. Sua principal finalidade é à disponibilização de recursos públicos para entidades do Terceiro Setor, que obtenham para tanto, a qualificação de Organizações Sociais (OS)” (SEPLAG, 2018, p.6).

como podemos inferir dos dados apresentados. Inicialmente, em 2008, a rede de EPT do Ceará ofertava 4 cursos técnicos, número que evoluiu para 52 cursos técnicos em 2018.

Por outro lado, esta diversificação de cursos técnicos e o seu financiamento nos levam a refletir sobre como este investimento estaria beneficiando também a formação destes profissionais para a docência no EMI. Sabemos que não basta apenas lotar professores em sala de aula, o processo educativo requer um constante empenho por qualidade de oferta. O processo formativo do docente está diretamente ligado à esta qualidade, o que deve gerar um empenho do poder público frente ao processo de qualificação docente dos professores da área técnica.

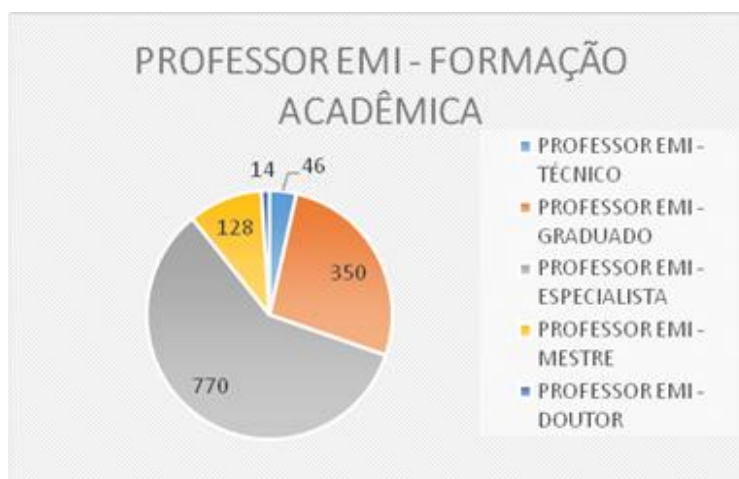
[...] se tomarmos a educação escolar como tendo o objetivo principal de permitir o ingresso na cultura letrada, via alfabetização, e a partir daí, o domínio dessa cultura, via apropriação dos conhecimentos sistematizados, veremos que os componentes principais dessa cultura, dados pelo currículo da escola elementar - o domínio da língua, dos cálculos matemáticos, das ciências da natureza e das ciências sociais - são referências para as avaliações, tanto nacionais como internacionais. Então, diríamos que a escola é qualitativamente satisfatória quando permite o domínio desses conhecimentos, e é mais desenvolvida quando permite melhor o domínio desses conhecimentos, e não é tão desenvolvida quando fica na média e permite isso apenas em graus intermediários ou reduzidos. A condição para se atingir níveis melhores de qualidade de ensino é a preparação dos professores (SAVIANI, 2008, s.p.).

3 A base técnica das EEEPs.

A base técnica das EEEPs é constituída de um coordenador de curso, professores regentes de sala de aula e orientadores de estágio. A quantidade de professores regentes depende do curso e da quantidade de turmas que a EEEP oferece daquele curso, mas, geralmente, este número varia entre 1 e 3 professores, sendo o coordenador também professor de sala de aula. Atualmente, a base técnica das EEEPs é constituída por 1.308 docentes espalhados nas 121 escolas do estado.

Em relação à formação acadêmica destes professores, segundo dados coletados na célula de estágio da COEDP, existem atualmente na rede de EPT docentes técnicos, graduados, especialistas, mestres e doutores.

Gráfico 1 - Quantidade de professores EMI por habilitação



Fonte: elaborado pela autora

Como podemos observar no gráfico, cerca de 85% dos professores da área técnica das ETEPs são graduados ou especialistas. Um dado que nos chamou atenção é a presença de 46 professores com formação técnica. Mesmo sendo pequena a proporção se comparada as outras habilitações, ainda nos leva a refletir sobre com a formação para se tornar professor em uma ETEP é relativizada, não sendo, em alguns casos, necessário sequer um curso superior de graduação.

A seleção e contratação destes profissionais é feita a partir do contrato de gestão entre a SEDUC e o CENTEC, este último tem a responsabilidade de realizar seleção pública anual, publicar editais, formalizar contratações e arquivar toda documentação, acolher demandas de ampliações, reduções, transferências, contratações e desligamentos autorizadas pela SEDUC, encaminhar férias, descontar faltas, encaminhar aviso de desligamento e consolidar mensalmente a folha de pagamento. O vínculo trabalhista destes professores é regido pela CLT e a contratação é feita por hora/aula.

Segundo o edital EMI nº 002/2019, último edital lançado pelo CENTEC, o processo seletivo realiza-se da seguinte forma,

7.1. O Processo Seletivo de que trata este Edital será realizada em 2 (duas) etapas, na seguinte ordem:

7.1.1. 1ª etapa: de caráter eliminatório e classificatório, se dará com a realização de Prova Objetiva de Língua Portuguesa, Educação Profissional, Didática e Conhecimentos Específicos da área de atuação do professor.

7.1.2. 2ª etapa: de caráter eliminatório e classificatório, será constituída de Avaliação do "Quadro Resumo de Títulos/Experiência Profissional" (ANEXO IV deste Edital) com comprovações (CENTEC, 2019, p.6).

Sendo Didática um dos conteúdos exigidos na prova objetiva, parte-se do princípio que os profissionais que pleiteiam as vagas nas ETEPs têm um conhecimento pelo menos básico dos conteúdos pertinentes ao processo de ensino aprendizagem. Porém quando buscamos as exigências formativas exigidas no edital, ao candidato é obrigatório diplomação em graduação específica da área técnica pretendida e somente como "requisitos

desejáveis” é cobrado experiência na área e experiência docente. Isto abre a possibilidade de contratação de profissionais sem experiência tanto na sua área de formação quanto na docência.

A lotação destes profissionais é feita semestralmente através de uma planilha de lotação enviada pela SEDUC-CE para as escolas. O professor coordenador de curso pode assumir uma carga horária, entre atividades de coordenação, regência e planejamento, de até 44 horas semanais. Na maioria dos casos, esta carga horária do professor coordenador faz com que este trabalhe em regime de dedicação exclusiva, assumindo integralmente a função docente, impossibilitando-o de manter alguma outra atividade relacionada a sua formação inicial.

Em um cenário no qual a falta de experiência profissional e dedicação exclusiva à docência é uma possibilidade real, torna-se ainda mais relevante discutir o espaço da formação de professores da área técnica na política de educação profissional do Ceará, pois a prática docente na EPT tem como especificidades a necessidade de uma constante comunicação e troca com o mundo do trabalho e a articulação entre teoria e prática.

O desenvolvimento da prática docente nesses cursos precisa levar em conta a complexidade desse universo e as necessidades de cada uma das formas organizativas dessa modalidade de ensino, bem como a articulação com o mundo do trabalho, que demanda atenção constante à relação teoria/prática, entre outros aspectos (PENA, 2016, p. 80).

A qualificação destes profissionais para o exercício da docência é uma necessidade urgente, especialmente se tratando de uma modalidade de ensino que demanda novas competências e lança novos desafios à carreira docente, como aponta Pena (2016, p. 81).

A docência na EPT apresenta questões que demandam dos professores conhecimentos que viabilizem aos alunos uma formação que não se limita a uma concepção de formação técnica vinculada ao mero treinamento, mas que seja direcionada por uma concepção mais ampla do ensino no contexto atual.

A partir destes dados, resgatamos informações sobre programas e/ou ações voltados para a formação dos professores da área técnica que o governo do estado do Ceará tenha implementado. Identificamos dois cursos que foram ofertados aos professores das EEEPs. O primeiro para os profissionais do curso técnico em turismo e hospedagem e o segundo voltado para docentes de cursos variados da rede de educação profissional do Ceará. Na próxima seção explanaremos estes cursos.

4 Programas de complementação pedagógica implementados pela SEDUC.

O estado do Ceará oportunizou dois cursos de complementação, em parceria com o Instituto Federal do Ceará (IFCE), a nível de especialização. O primeiro curso tinha como público alvo os professores do eixo hospitalidade e lazer, o qual abreje os cursos de Eventos,

Guia de turismo e Hospedagem, dispondo de 45 vagas para os professores da rede de educação profissional estadual. Seu objetivo geral era,

Capacitar professores que atuam nos cursos do eixo temático de Hospitalidade e Lazer do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, a partir de um referencial teórico-metodológico que possibilite viabilizar o ensino profissional e tecnológico em turismo com qualidade e resultados exitosos no mercado de trabalho do corpo discente do Programa Brasil Profissionalizado (IFCE,2013).

Já seus objetivos específicos,

Capacitar profissionais dos sistemas estaduais de ensino para:

- Analisar de forma contextualizada os fundamentos teóricos da Hospitalidade e lazer;
- Alinhar experiência prática às características teóricas apresentadas;
- Compreender a abrangência da atuação dos diversos segmentos do turismo tendo em vista a formação holística do corpo docente e discente do curso;
- Compreender o papel do professor enquanto disseminador do conhecimento e indutor da formação profissional do aluno;
- Construir e analisar indicadores e modelos de verificação na prática do turismo;
- Refletir sobre a didática e metodologia do ensino profissional a fim de que o aluno do curso de especialização tenha autonomia para pesquisas e estudos em turismo na busca de construir práticas inovadoras no ambiente escolar (IFCE, 2013, grifo nosso).

Destacamos que, em seus objetivos, aparecem indicativos do conceito de uma educação integral. Buscava-se um alinhamento entre teoria e prática e uma formação holística tanto do corpo docente como discente através da construção de práticas uma prática inovadora, além disso assumia-se a visão de professor que dissemina o conhecimento e induz a formação profissional do aluno.

Este curso de especialização foi ofertado na modalidade semi-presencial, com carga horária total de 440 horas/aula e um currículo que destacou três blocos temáticos: Educação profissional e tecnológica; Transversalidade no turismo; Fundamentos da gestão em turismo. Ao final do curso, o docente teria que elaborar uma monografia.

O curso tem uma grade de disciplinas bastante diversificada que perpassava didática, sociologia aplicada ao turismo, metodologia de pesquisa, políticas públicas em turismo e uma série de disciplinas de formação técnica e pedagógica. Buscamos informações da quantidade de professores da rede que, de fato, concluíram este curso, mas estas informações não foram sistematizadas pela SEDUC, o que nos impossibilitou analisar a efetividade de seus objetivos enquanto programa de complementação pedagógica. Outro ponto importante é que esta turma foi única, pois não houve continuidade do programa para os professores das EEEPs.

O segundo programa ao qual tivemos informações foi o curso de aperfeiçoamento em docência em educação profissional no níveis básico e técnico, ofertado também em parceria com o IFCE a nível de especialização. Através da resolução nº 010, de 07 de maio de 2013, foi aprovado o seu projeto político pedagógico (PPP), que previa atender 480 professores de diversos municípios.

Seus objetivos geral e específicos eram

O objetivo geral do curso visa formar docentes com visão abrangente para atuar em salas de aulas do ensino profissional, bem como contribuir com o ensino qualitativo nas escolas estaduais de ensino médio profissional do estado do Ceará.

Como objetivos específicos, o curso visa:

- Desenvolver **formação teórico-prática** em educação profissional para aprimorar a prática docente nesta modalidade de ensino.
- Desenvolver e consolidar concepções didático-pedagógicas ampliada de educação profissional, permitindo o **aprofundamento de conhecimentos tecnopedagógicos e efetividade da prática docente mediante didática apropriada à EPT;**
- Promover a formação dos educadores, instrumentalizando-os para uma **análise crítica das modificações ocorridas no mundo do trabalho e suas repercussões na educação profissional;**
- Desenvolver linhas de pesquisas relacionadas aos fundamentos e às práticas educativas no âmbito da educação profissional básica e técnica visando a busca de **inovações pedagógicas**, alternativas e soluções para problemas da EPT em todos os níveis(IFCE, 2013, grifo nosso).

Novamente nos deparamos com os pressupostos da educação integrada, em que se incentiva a efetivação de uma didática adequada à modalidade da EPT e de uma visão crítica dos professores em relação às modificações do mundo do trabalho e as ressonâncias destas no processo educativo.

Também neste curso não houve continuidade, ficando restrito a apenas uma turma, e nós não conseguimos informações sistematizadas de quantos professores concluíram, conseguimos somente identificar de forma pulverizada alguns professores que foram inscritos no curso e que ainda faziam parte do corpo docente técnico das ETECs. Estas características de falta de continuidade e de sistematização de dados são encontradas em ambos os programas de complementação. Isto nos leva a conclusão de que, apesar dos esforços da SEDUC em ofertar ações de formação para os professores da área técnica das ETECs, estas não passaram por um processo de avaliação e sistematização de dados, o que levou a sua extinção.

5 Conclusões

Esta pesquisa partiu de inquietações durante a minha experiência como gestora de uma ETEC quanto à política de educação profissional do Ceará e a formação de professores da área técnica, pois esta questão é basilar para a qualidade do ensino na rede de educação profissional. Buscamos construir um panorama atualizado desta política, perpassando alguns dados quantitativos da rede e do corpo docente da área técnica. Foi feita a análise

dos programas de formação docente implementados com fito de compreender as características e impacto destes na política de EPT do Ceará.

As políticas de formação de professores para EPT no Brasil apresentam características de pouca sistematicidade, caracterizando-se por programas aligeirados e de pouco impacto na qualidade do ensino que respondiam a questões mais quantitativas, como a carência de professores, do que qualitativas. Da mesma forma, os programas implementados com o corpo docente técnico das ETECs resguardaram estas mesmas características, tendo, inclusive, pouca sistematização dos dados. A falta de dados impossibilita a análise dos resultados e do impacto destes programas na política de educação profissional do Ceará e reafirma a pouca relevância que esta temática tem na agenda do poder público. Nesta perspectiva, reside a importância de se analisar as ações do estado do Ceará em relação à formação pedagógica dos professores da base técnica da rede estadual de EPT do estado do Ceará. Pois, carente desta avaliação, corremos o risco de implementar políticas inócuas e desarticuladas.

Avaliar a qualidade do sistema de educação é pensar as diversas políticas que devem corroborar para seu melhoramento, dentre estas as políticas de formação e qualificação dos profissionais que atuam nela. Deixar de investigar este processo compromete a qualidade do ensino e favorece o uso de recursos públicos em políticas e ações desarticuladas com as necessidades reais dos sujeitos que devem se beneficiar da política.

O papel dos atores políticos é identificar um problema público e transformá-lo em uma prioridade na agenda do poder público. Isto não se dá de forma pacífica, já que é um processo marcado por embates e lutas de forças, por vezes antagônicas, na tomada de decisões sobre as alternativas de resolução daquele problema. Para que a formação docente para EPT dentro da política de educação profissional do Ceará agregue-se à pauta prioritária da SEDUC, esta questão deve ser vista como urgente e necessária para a qualidade do ensino profissional do estado.

O mais importante em uma política que pretenda formar professores para EPT é a adoção de uma filosofia de superação de uma educação hegemônica e opressora. Isto só será possível através da construção de uma discussão em torno do papel da educação profissional, o que, conseqüentemente, nos leva a pensar sobre a profissionalização dos docentes desta modalidade de ensino e como uma política de formação que contemple os saberes próprios do professor da área técnica.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Educação. Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Brasília: MEC/Setec, nov. 2007.

_____. Portal MEC, 2015. Brasil Profissionalizado. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/brasil-profissionalizado>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CEARÁ. Decreto **30.282**, de 04 de agosto de 2010. Aprova o regulamento, altera a estrutura organizacional e dispõe sobre a denominação dos cargos de direção e assessoramento superior da secretaria da educação (seduc), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará. Ceará, CE, 04 ago. 2010.

CEARÁ. **Decreto 30.865**, de 03 de abril de 2012. Regulamenta os artigos 2º e 3º da lei 14.273, de 19 de dezembro de 2008, dispondo sobre a estrutura organizacional, a constituição das equipes docentes e o provimento dos cargos em comissão das escolas estaduais de educação profissional - eep, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará. Ceará, CE, 03 abr. 2012.

CEARÁ. Educação profissional, 2015. Disponível em: <<https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/>>. Acesso em: 04 ago. 2010.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESTADO CEARÁ. Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará. Ceará: mar/2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Maria (Org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Educação omnilateral. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.) **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GARIGLIO, José Ângelo; BURNIER, Suzana Lana. **Os professores da educação profissional: saberes e práticas**. CADERNOS DE PESQUISA, v.44, n.154, p.934-959. São Paulo, out./dez. 2014.

GRAMSCI, Antônio. Posição diversa dos intelectuais de tipo urbano e de tipo rural. In: MONASTA, Attilio. **Antônio Gramsci**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Pág.: 100-114.

OLIVEIRA, M. R. N. S. **Formação e profissionalização dos professores do ensino técnico**. Educação e Tecnologia, Belo Horizonte, v. 11, n.2, p. 03-09, jul./dez. 2006.

PENA, Geralda Aparecida de Carvalho. **Prática docente na educação profissional e tecnológica: os conhecimentos que subsidiam os professores de cursos técnicos**. Form. Doc., Belo Horizonte, v. 09, n. 15, p. 79-94, ago./dez. 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1984.

SAVIANI, Dermeval. Entrevista - Demerval Saviani: educação é a força motriz da economia. **Revista Educação**, 2008.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva; PEREIRA, Ulisséa Ávila; RODRIGUES, Iaponira da Silva. **Ensino Médio Integrado: impasses e proposições**. Dialogia, São Paulo, n. 24, p. 25-37, jul./dez. 2016.